

O curso do segundo turno

■ Transição permanente significa conspiração permanente. Eis a questão

Florestan Fernandes

Muitos estarão dizendo que "o diabo não é tão feio quanto parece". O segundo turno, no processo constituinte, erigia-se como um obstáculo mortal à aprovação do projeto de Constituição a que se chegara. As ameaças do Centrão somavam-se às pressões desabridas, que vinham simultaneamente dos vários setores empresariais (nacionais e estrangeiros), de representantes governamentais das nações capitalistas imperiais e da superpotência, do governo e do seu vetor militar e até do judiciário. A Assembléia Nacional Constituinte funcionou como o inimigo comum, embora contivesse dentro de suas hostes um eficiente cavalo de Tróia. No entanto, o segundo turno começou mofo, com altos e baixos: resistências localizadas prolongaram e complicaram o trabalho parlamentar, mediante obstruções inocuas. O que acontecerá?

Muitos perderam tempo, tentando explicar o que ocorria através do desgastado Centrão. Ele refletirá o "caráter" inorgânico da burguesia". Outros puseram em primeiro plano o fato de que o governo lograra o que pretendia, fizera uma *mis-en-scène* premiada e retirara o tapete debaixo dos pés dos seus aliados na constituinte. Nem uma coisa nem outra parecem certas. A burguesia brasileira assemelha-se, morfológicamente (não historicamente), à burguesia francesa dos meados do século passado. Nenhum de seus setores possui força suficiente para exercer a hegemonia política e liderar o comando da sociedade civil. No entanto, a hegemonia de classe, aqui, cabe explicitamente ao capital financeiro internacional. O contrapeso dessa hegemonia constrói-se, no plano político e militar, através de uma articulação de classe na qual, de fato, nenhuma classe ou facção de classe prevalece sobre as demais. Isso confere aos militares a condição de um quarto poder (ou de um "poder moderador", como gostam de proclamar-se) e de garantia da ordem social existente. Essa composição não poderia ser "orgânica". Mas, posta à prova, ela tem operado com grande eficiência defensiva e ofensiva. Portanto, a composição é um equivalente político da existência de um setor hegemônico, com capacidade de liderança efetiva. É o que mantém a tradição cultural da burguesia brasileira de resolver seus dilemas históricos por "conciliação", isto é, colocando os vários interesses particularistas acima dos interesses nacionais, como se os estratos burgueses nativos e estrangeiros constituíssem a comunidade política nacional. Por sua vez, o governo não se retraiu. Continua pescando em águas turvas e fazendo o que pode para desviar o processo constituinte dos fins visados pelos parlamentares "progressistas", já que não pode subjugar e dirigir o dito processo.

Onde reside, pois, a explicação? Na verdade, ainda não chegamos ao fim. Atravessamos o título I, que continha o capítulo mais tormentoso, com saldos positivos para os que defendem uma Constituição moderna e democrática, nos limites do "possível" em nosso país. Ainda temos pela frente outros capítulos igualmente controversos. Aos mais ardentes, convém lembrar que o Centrão já jogara bastante água no vinho. Conseguiu transformar um texto básico, o que não seria mais o produto acabado da Comissão de Sistematização. A operação seguinte seria de saneamento e de liquidação dos pontos nevrálgicos para a reação e o governo, igualmente empenhados na continuidade do Estado de transição permanente e desejosos de enredar a Carta Magna no seu proje-



to político. Foi nesse terreno que ambos se viram batidos, em derrotas fragorosas e vitórias insignificantes (para eles). A luta, no qual o governo por vezes se encolheu (embora vociferasse muito) e o Centrão vacilou (apesar de encenar embates sem quartel e de provocar obstruções sucessivas). Restringindo-se à esfera das indagações, as vitórias dos "progressistas" e das "esquerdas" contêm uma amplitude menor. Se o governo e o Centrão fossem mais hábeis no manejo parlamentar, poderiam safar-se comodamente das inquinações de derrotas reais ou supostas e até associar-se a avanços relativos, o que melhoraria a sua cotação e a sua imagem.

Ficam, assim, duas questões de pé. Uma é inquietadora. Por que houve a retração? Ela responde a algum móvel, ainda não esclarecido? Existe, por trás das cortinas, um segundo palco, que fará seguir ao processo constituinte um golpe branco? Hoje, uma conciliação pelo alto pode ser desfechada a partir de uma dissimulação quase perfeita. Se o deputado Ulysses Guimarães aceitar ser a cobra (e não o veneno que mata a cobra), o Estado de transição poderá ser prolongado com baixa visibilidade e por via do voto. Seria uma manobra de mestre (dele e dos militares, que já atinaram com o segredo do cofre). O obstáculo seria a sustentação popular, mais difícil do que a que foi erguida para infundir "legitimidade" a Tancredo Neves, depois da passagem pelo colégio eleitoral. Nas presentes condições as pugnas eleitorais serão duríssimas e o prestígio do ilustre chefe político não lhe confere a cobertura necessária para despertar nas massas a sedução que exerceu como o "senhor diretas". Além dessa, haveria uma saída mais drástica, de consequências imprevisíveis e que o bom senso parece ter afastado do cenário, a qual se alicerçaria no "papel moderador" das forças armadas (ou melhor: dos chefes militares que estão no comando supremo). Tudo seria feito para "evitar a ingovernabilidade e a ruína", decorrentes de uma "Constituição

radical, estatizante e comunizante", algo difícil de engolir, já que o texto básico da Constituição é o texto da Comissão de Sistematização, depurado com rigor pelo filtro mágico do Centrão. Os impasses estão sendo forçados por uma conspiração de amadores, que por acaso são políticos profissionais, tecnocratas civis e militares, grandes empresários, que se colocaram acima do bem e do mal... O Centrão tornou-se uma pedra no meio do caminho e restringe a liberdade de manobras dos que o engendraram. Pouco útil no estado de fragmentação a que chegou, concorre para desacreditar de antemão qualquer cartada de vulto, obrigando os golpistas inveterados a tirarem a máscara antes do começo do jogo...

A segunda questão relaciona-se com o quadro político interno à Assembléia Nacional Constituinte e seus reflexos na atual correlação de forças. O centro dos dilemas é o PMDB, embora o PFL apresente uma moldura comparável e efeitos similares. O governo agiu desastrosamente ao recorrer a uma política de substituição em bloco dos partidos da ordem pelos governadores, em um período de gravíssima crise econômica, de caos social e de anarquia nos centros de poder. Ele condenou os partidos a viverem antecipadamente o drama da auto-

pulverização. Em consequência, dividiu e enfraqueceu os partidos; desmoronou a base partidária do poder dos governadores; e debilitou-se a tal ponto que teve de recorrer à corrupção maciça para atingir seus alvos. Só o vetor militar, intangível e forte, conservou-se como eixo do sistema de poder estatal. O impacto negativo sobre os partidos foi violento. Sabia-se que eles não atravessariam o processo constituinte incólumes, sem desagregarem-se. Porém, o governo desempenhou o papel de Salomé, só que decapitou a cabeça errada e aprofundou as rupturas que lhe competia impedir, se fosse realmente democrático. Não obstante, o processo foi favorável à elaboração da Constituição. Os dois partidos da ordem dissociaram-se parcialmente do governo e, por fim, tiveram de enfrentar a verdade. O acontecimento mais importante foi a criação do PSDB: ela incorporou a esquerda parlamentar (que não é, em sentido estrito, uma esquerda política). Além disso, colocou o PMDB diante do dilema de sua sobrevivência: ser ou não ser... O núcleo centrista do partido areou com a tarefa complexa de recuperar a antiga imagem do PMDB e busca fazê-lo agarrando-se ao programa que lhe dera credibilidade, como uma resposta retórica à ditadura, aos conservadores impenitentes e à reação.

Em uma conjuntura eleitoral, o comportamento dominante da maioria dos quadros políticos foi na mesma direção. O PMDB apegou-se, dentro da ANC, a uma defesa consequente da articulação das lideranças. O procedimento conflita com o que deveria ser uma Assembléia Nacional Constituinte autêntica, mas a confusão já se estabelecera anteriormente. Apenas, ela foi levada às últimas consequências. O resultado foi uma rearticulação das tendências "progressistas", de dentro e de fora do PMDB, com a aglutinação dos conservadores mais esclarecidos e o incentivo dos partidos à esquerda, cujas lideranças ganharam maior elasticidade de atuação política. Nelson Jobim soube conduzir-

se com equilíbrio, objetividade e firmeza, conforme as circunstâncias, e as lideranças absorveram os papéis de fios condutores das instâncias finais de seleção e agrupamento das emendas. O Centrão viu reduzir-se o espaço político de que necessitava para garantir sua supremacia e aproveitar as posições hegemônicas adquiridas. Foi estrangulado a ceder terreno e a conciliar ou a sofrer derrotas contundentes no plenário.

A ampliação da capacidade decisiva das lideranças diminuiu autenticamente a importância da contribuição pessoal dos constituintes. Nesse sentido, no segundo turno completou-se a deformação do processo constituinte. Os constituintes sancionam ou desaprovam os "acordos das lideranças", segundo os arranjos partidários, embora votem livremente as emendas que ficam fora da rede de entendimentos prévios. Portanto, o preço da superação da ameaça de impasse foi alto. Mas, até agora, os "acordos das lideranças" serviram para proteger o processo constituinte dos constrangimentos reacionários e para afastar o texto constitucional de um empobrecimento arrasador. Nessas condições, o segundo turno sofre oscilações, dando um passo atrás e dois à frente ou vice-versa. Mas, por enquanto, assim se asseguraram várias coisas, como a formação de maiorias para votações essenciais; a preservação de certas conquistas democráticas mais ou menos avançadas; a remoção de interferências externas, a invalidação dos acidentes de viagem catastróficos, etc... Uma maioria parlamentar elitista heterogênea e contingente perdeu o cordão de pór e dispor facilmente, como se a Constituinte se reduzisse a um Congresso de "homens validos", que decidiam por si e para si qual deveria ser a "vontade do povo".

Não se deve concluir que o desenrolar do processo constituinte e, especialmente, o que ocorre no segundo turno sejam uma demonstração da incapacidade dos países em desenvolvimento de gerar uma Constituição autenticamente democrática, moderna e avançada. A realização do segundo turno revelou-se particularmente infeliz. Porém, o texto produzido pela sistematização é um teste de que, apesar dos entraves conhecidos, nada impede que se chegue a uma Constituição razoável, apesar do desenvolvimento desigual (ou, até, por causa da necessidade de corrigi-lo e combatê-lo). O fator específico da virulência do segundo turno reside na "nova" República e no que ela representa, nos compromissos espúrios da "transição lenta, gradual e segura" e na tentativa de transpô-la para a Constituição.

Transição permanente significa conspiração permanente. Ai está o busilis da questão. Não está sendo nada fácil enfrentar as dificuldades do segundo turno. Mas elas vêm sendo e serão vencidas ou deslocadas. Mais difícil será a implantação da Constituição e do grau de democracia que ela prevê, especialmente para os trabalhadores e os malditos da terra. O mesmo barco que navega dentro do parlamento poderá naufragar fora dele. Por isso, é recomendável que se reflita sobre esse hipotético "terceiro turno", que envolve a instauração da Constituição em um terreno salgado pelo mandonismo, pelo paternalismo, pelo clientelismo, pelo oportunismo, multiplicados por cem mil pelo regime vigente. Os de baixo precisam abrir os olhos e cerrar fileiras — ou tudo continuará como está, sob a feitoria do Estado de transição permanente. A perversidade não só está nas Constituições. Mas nas ações dos homens que "fazem tudo pelo social", porém defendem com unhas e dentes a persistência da autocracia.

Florestan Fernandes é sociólogo e deputado constituinte (PT-SP)